

Uma cidade em conflitos: ideologia política e religiosidades no "Journal d'un bourgeois de Paris". 1405-1449.

Fabiano Fernandes (Professor Adjunto de História medieval. UNIFESP)

O conjunto de narrativas intitulado de um diário de um burguês de Paris ocupa um lugar singular no âmbito das fontes narrativas do Final da Idade Média para o reino de França.

O autor permanece um personagem desconhecido, a despeito de sua narrativa apresentar algumas informações indiretas sobre o seu perfil no contexto da sociedade parisiense da primeira metade do século XV. Nas cópias atualmente existentes páginas foram arrancadas, o que dificulta bastante a possibilidade de obter maiores informações. Todavia, consideramos que a questão da autoria não é a mais importante, sobretudo tratando-se de um texto permeado de oralidade, atravessado por “boatos” e de outros tantos traços da memória coletiva que extrapolam a possibilidade de controle sistemático de um único indivíduo. É certo que há uma seleção de quais boatos deveriam ser transcritos, de quais questões deveriam ser evidenciadas ou silenciadas, mas em nenhuma época o narrador é senhor absoluto de seu texto.

O que gostaríamos de acrescentar é a grande dificuldade metodológica que encontramos em enquadrar este texto em algum gênero mais familiar para os historiadores da atualidade. Trata-se em certa medida de uma memória cuja preocupação como sua inserção imediata no debate político dá ao texto um tom algo singular. Neste texto a escrita tem uma importância secundária visto que grande parte do mesmo parece apenas oferecer uma suporte mais organizado para os debates verbais que ocorriam nas igrejas, claustros ou mesmo na própria universidade. Não possuímos nenhum manuscrito autógrafa da redação original. O mais antigo é justamente da segunda metade do século XV e está no fundo da biblioteca do vaticano (vat. Reg. Lat. 1923). Este manuscrito por volta de 1500 pertencia a Jean Maciot, burguês de Paris e proprietário de outro manuscrito hoje incluso na Biblioteca do Arsenal. Em seguida o manuscrito passou pelas mãos de Étienne Pasquier no fim do século XVI, pelas mãos do presidente do parlamento chamado Louvet e enfim caiu nas mãos da rainha Cristina da Suécia no século XVII. O manuscrito presente hoje na biblioteca do vaticano é uma cópia pouco cuidadosa, sem parágrafos e bastante mutilada. Na sua re-elaboração

eventos de 1408, por exemplo, aparecem antes de 1405. Da mesma forma esta cópia comporta numerosas anotações marginais de leitores dos séculos XVI e XVII que infelizmente ainda não pudemos ter acesso direto ¹

O manuscrito identificado por Delisle em 1893 está atualmente em Oxford (Bodléinne, FR. d. 10) é quase contemporâneo ao manuscrito de Roma. É uma coleção de extratos cobrindo os anos de 1415-1429 todos consagrados a uma ótica extremamente anglófila e as vitórias inglesas no continente. Todas as passagens cétricas em relação à Inglaterra foram sistematicamente suprimidas. Em uma data desconhecida estes extratos foram reagrupados junto com o testamento de Marguerite d'Aubigné, esposa de Jean Royrand, senhor de Claye e Brétignolles, morto em 1512.

As quatro outras cópias existentes são ainda mais tardias. Datam do fim do século XVI ou da primeira metade do século XVII, algumas são cópias do chamado manuscrito de Roma (BNF 10145 ou Dupuy 275). Outras são independentes e apresentam textos mais completos. É o caso do BNF 3480 e do manuscrito d'Aix (Méjanes 316) que permitem reconstituir o ano de 1438 extremamente mutilado no manuscrito de Roma.

De fato ainda que existam sete manuscritos e várias edições este texto está longe de ter sido um “sucesso editorial” da Idade Média, através de cópias manuscritas e de edições impressas. A memória que o burguês de Paris vincula é a de uma cidade que buscava sua autonomia de fato em relação ao poder real, por um caminho que não passava necessariamente pelo acordo passivo com o poder régio. O chamado burguês de Paris é o cronista desta cidade em conflito e recorrentemente em revolta.

Segundo Beaune o burguês de Paris era provavelmente um clérigo da universidade e provavelmente um doutor em teologia. Alinha-se por suas posições políticas convergentes com a instituição, por narrar com detalhes ocasiões em que a universidade teve destaque. Existem indícios de que este provável universitário fizesse parte também do capítulo da catedral de Paris. Da mesma forma indiretamente pode se deduzir que provavelmente exercia o ofício de simples capelão e, ou cura de paróquias na margem direita do Sena. De fato nenhuma das funções citadas se opunham, sendo

¹ BEAUNE, Colette. “Introduction” In **Journal d'un Bourgeois de Paris**. Paris, Libraires Générale Française, 1990, pp. 5-26.

bastante comum neste período da Idade Média o acúmulo de funções eclesiásticas como forma de sobrevivência de clérigos, em particular os da universidade².

A polifonia que sua escrita encena é a dos personagens das ruas, dos que entram pelas portas das cidades trazendo notícias, do que o comum supostamente viu e relatou como algo verídico. Neste aspecto a oralidade é um canal de expressão política extremamente forte, justamente por não possuir uma “tessitura de titânio”, a sua grande maleabilidade e mobilidade pode aglutinar no tempo curto forças de diferentes origens e se tornar o meio de expressão prioritário por ocasião das revoltas urbanas. A dupla face do boato enquanto força política coletiva e matéria-prima de construção de memórias é a temática fundamental na qual o texto do Burguês se articula.

Na Paris de 1400 pairava um clima de insatisfação. A condição do povo miúdo não cessava de piorar e, em concomitância setores da burguesia parisiense ensaiavam um processo de oligarquização. Um pequeno grupo de famílias tendia a se revezar nas principais funções administrativas da cidade transformando as funções municipais em um meio de honra e proveito. Concomitantemente os poderosos açougueiros estavam excluídos das funções honradas das magistraturas municipais o que contrastava com o poder econômico crescente deste grupo, que se tornava politicamente ameaçador na medida da extensão da rede de seus empregados e dependentes.

A forte endogamia das ricas famílias de açougueiros contribuiu também para reforçar um espírito de corpo que transformava este grupo social em uma importante agente da política parisiense que ao estar sistematicamente afastada dos postos de decisão por parte das famílias mais tradicionais tornava-se ainda mais fechado. O caminho escolhido por estas famílias de açougueiros como forma de ascensão social foi a via de fato: a violência³.

A partir de 1402 os conflitos entre Felipe o ousado e Luís de Orleans se intensificam e Paris é a arena privilegiada das disputas principescas, por seu papel na administração, por sua importância como centro econômico, por seu peso cultural e político no âmbito da Cristandade. A partir de 1402 Luís de Orleans_ irmão do rei e seu sucessor presumível caso o estado de saúde mental do rei se agravasse ainda mais_

² Idem.

³ FAVIER, Jean. **Nouvelle Histoire de Paris. Paris au XV^e siècle**. Paris, Hachete, 1974, pp 145 e 146.

estava nas rédeas do poder e impõe na primavera um aumento de impostos. Na mesma ocasião o duque de Borgonha Felipe o Ousado se arroga o título de defensor da reforma, com ênfase particular na suspensão dos impostos apontados como extorsivos⁴.

Na luta pelo poder a aliança com a elite administrativa da informal municipalidade parisiense era fundamental. Na prática Paris recuperou paulatinamente grande parte dos direitos que perdeu em 1382-1383 e se tornou uma entidade política muito poderosa. A disputa entre os príncipes abria uma oportunidade significativa de manobrar e obter privilégios dos partidos concorrentes como “moeda de troca”. O preboste dos mercadores, por exemplo, volta a falar em nome da cidade e este processo se consolidou em paralelo aos primeiros rumores de guerra civil na primeira década do século XV⁵.

Em 1405 quando João sem medo, duque de Borgonha desde 1404, vem com seu exército à Paris em nome da polissêmica palavra reforma e tem a seu lado grande parte dos burgueses da cidade. Autoriza-os a portar armas e a colocar novamente correntes nas ruas, o que representa além dos seus aspectos práticos, uma forma de prestigiar a municipalidade. No entanto a balança de poder em Paris era frágil, em 1406 ao intimar os burgueses a tomar armas contra o duque de Orleans, aqueles respondem que eram leais súditos do rei que e por isto não executariam tal ação⁶.

Nesta guerra civil em curso as diferentes instituições sediadas em Paris seguem orientações distintas, por vezes com inúmeros matizes em sua composição política interna. A universidade toma claro partido pelo duque de Borgonha, pois identificava em seu discurso algumas de suas aspirações que passavam pela reforma do reino, da Igreja e a luta pelo fim di cisma que aos seus olhos era um escândalo para a Cristandade. O parlamento e a câmara de contas tentam na medida do possível evitar uma escolha clara de orientação. Nestas instituições centrais borgonheses e orleanistas conviviam e partilhavam um espírito de corpo que os inclinava a permanecer a cima das “parcialidades”, como diria Commynes cerca de 80 anos mais tarde⁷.

⁴ Idem, p.147

⁵ Idem.

⁶ Cf. FRANÇOIS, Autrand. **Charles VI**. Paris, Fayard, 1986.

⁷ Tema recorrente no **corpus** Commyniano a idéia de parcialidades é derivada de uma reflexão prática sobre a arte de governar em sua época e no passado imediato. Algumas questões de fundo em seus

Existiam aqui versões moderadas dos dois partidos, que tendiam a certa composição sustentada pelo legalismo e por uma espécie de regalismo que culmina em 1412 na formação de uma terceira via que buscava a estabilidade. O conflito entre partidos tinha ampla influência justamente na administração das províncias, cada partido ao conseguir uma hegemonia momentânea realizava um verdadeiro expurgo nestas funções colocando seus apaniguados. Os aliados de cada facção eram recrutados na pequena e média nobrezas que buscavam sustento nos dons e pensões enviados pelo rei e pelos príncipes. As alianças internas de cada partido eram reforçadas também por laços matrimoniais, dos 24 capitães que assinaram o manifesto do partido de Orleans em 9 de outubro de 1411, quatro dentre eles, Roucy, Chaumont, Le Baudrain de La Heuze e Craon tinham laços familiares⁸. Na prática o poder real ficou refém desta situação política complexa gestada em parte pelos próprios príncipes da flor-de-lís.

Em 1405 aumentam as murmurações na cidade diante da notícia de que ocorreriam aumentos de impostos. Diante do medo de revoltas o governo orleanista interdita todo o tipo de reunião a partir de 1407. E no ano seguinte o rumor de que a cidade seria novamente privada de suas correntes provoca a revolta aberta⁹.

Nesta primeira década do século XV sucedem-se os assassinatos políticos que a médio prazo cooperam para o acirramento das posições e para uma certa banalização do “espetáculo” das matanças coletivas da década posterior. Em 1406 o bispo Hélie de lestranges, aliado do duque de Borgonha na crítica ao cisma da Igreja é assassinado; em 23 de novembro de 1407 perto da ponte Barbette o irmão do rei, duque de orleans, é assassinado quando sai do palácio em um encontro com a rainha; abre-se assim um ciclo vicioso de violências que marcou profundamente a memória coletiva da cidade, do reino e, em certa medida tendo implicações significativas no âmbito da

escritos podem ser conceitualmente ligadas à reflexão sobre os conflitos políticos do século XV como um todo. Cf. **Philippe de Commynes: Éditions Critique**. Genève, Droz, 2007. Segue em curso no âmbito da Unifesp uma segunda linha de pesquisa intitulada: *Poder real, governo e as elites na época tardo-medieval: a trajetória pendular Philippe de Commynes (1472-1511)*.

⁸ DERMUGER, Alain, **Temps de crises, temps d'espoirs, XIV^e _ XV^e siècle**. Nouvelle Histoires de La France Medievale. Paris, Seuil, 1990. P.94.

⁹ Idem.

Cristandade¹⁰. Um clima de medo e até mesmo de paranóia coletiva é insuflado e manipulado pelas facções em disputa.

João sem medo, sobretudo após o assassinato de Luís de Orleans passa a ser visto por boa parte da burguesia parisiense como o seu líder político por excelência. O duque, por uma política de oferecimento sistemático de presentes reforça também a sua posição _ o “bom duque” de borgonha como se dizia à época _ faz dom de cubas de vinho, jóias, presentes considerados “nobres” e de prestígio às principais famílias de açougueiros. Esta firme aliança é o núcleo duro do partido borgonhês Da mesma forma presidentes do parlamento, os secretários do rei, o mestre do convento dos Mathurins ou mesmo o cirurgião real receberam presentes lisonjeiros por parte do duque de Borgonha¹¹.

A lógica do patronato e da extensão de clientelas senhoriais se torna a tônica dominante da política neste período. E as famílias de açougueiros tais como os Caboche, os de Saint-Yon e os Le Gois identificam na aliança borgonhesa a possibilidade de assumir a proa na condução da cidade. De 1411 a 1413 os borgonheses foram senhores de Paris e a violência de seus partidários, notavelmente os açougueiros praticamente não encontrou obstáculos. Quando o duque de Berry em 1411 tentou entrar na cidade foi impedido, o seu palácio de Nesle teve suas portas e janelas destruídas. O arcebispo de Sens e o bispo de Paris eram armanhaques, logo o poder temporal do bispo sobre a cidade foi suspenso em nome do rei. Em certa medida o poder real torna-se quase refém desta aliança borgonhesa com setores da elite política e econômica cidade. O preboste de Paris e o preboste dos mercadores são revogados por não eram simpáticos à causa borgonhesa. Logo, no coração da cidade era freqüente que as pessoas de forma espontânea ou mais ou menos compulsória portassem os símbolos borgonheses por excelência: a cruz de santo André e o chapéu *pers*. No somatório destas mudanças a municipalidade parisiense recupera oficialmente seus direitos em 20 de janeiro de 1412 e é eleito para a função de preboste de Paris Pierre de Sencie, antigo mestre geral das moedas, sendo rapidamente confirmado pelo rei. O novo preboste pertencia, por sua

¹⁰ GUENÉE, Bernard. **Un meurtre, une société. L'assassinat du duc d'orleans, 23 novembre 1407.** Paris, Éditions Gallimard, 1992.

¹¹ Idem.

vez, a uma das mais honoráveis famílias Parisienses. O que reforçava ainda mais os laços da cidade com o duque¹².

Concomitantemente as famílias de açougueiros sofrem certa promoção social o que também coopera para a força da hegemonia borgonhesa. Um dos Le Gois recebe na Igreja de Sainte-Geneviève (padroeira de Paris) obsequias magníficas dignas de um grande notável. Nesta ocasião o rito conta com a presença na assistência o duque de Borgonha João sem medo¹³.

É neste contexto particular de afrontamento que desejamos discutir a narrativa do burguês de Paris sobre alguns ritos.

Os ritos urbanos ocupam um lugar de grande importância no seu conjunto narrativo, sobretudo as procissões feitas na cidade pedindo a derrota dos armanhaques e posteriormente na década de 1420 pedindo a derrota de Carlos VII. Na Paris cercada as dificuldades de abastecimento, a carestia, as epidemias, as mudanças de moedas ocupam um lugar também de grande destaque. A vida cotidiana e suas dificuldades são objeto de atenta reflexão e descrição. Nesta perspectiva as narrativas sobre as entradas reais são bastante secundárias se comparadas a outros assuntos. Do ponto de vista político o que mais ocupa a atenção do burguês são os golpes e contragolpes das facções em conflito. Por vezes a sua descrição das festas feitas em recepção ao rei está subordinada a sua atenção as disputas internas na cidade e geralmente a narrativa sobre entradas reais é bem econômica. Tal como a descrição sobre a entrada do rei em Paris acompanhado por um dos chefes do partido armanhaque_ o duque de Bourbon_ e outros príncipes do reino após a trégua de Auxerre, acordada em 22 de agosto de 1412:

No domingo 23 de outubro seguinte entrou o rei em Paris e foi feito para sua vinda a maior festa em 12 anos, grandes e pequenos batiam nos utensílios domésticos [bassinets] e viam junto com o rei o duque de Bourbon, o conde de Vertus, sobrinho do primeiro e muitos outros e foram junto com o rei à Paris muitos dos amados pelo rei e pelo comum que tinham grande felicidade na paz que acreditavam que manteriam de forma positiva, e eles [os armanhaques] não tendiam que a destruição do rei e especialmente da boa cidade de Paris e de seus habitantes. (Burguês de Paris item 58)¹⁴.

¹² FAVIER, Jean. Op.cit., p.154.

¹³ Idem.

¹⁴ **Journal d'un Bourgeois de Paris**. Paris, Libraires Générale Française, 1990, p.58.

O contexto político que pautava esta entrada era mais importante para o burguês que a simples descrição da simbologia do rito, cujas convenções possivelmente conhecidas não inspiravam maiores atenções. A sua narrativa era “politicamente engajada” pelo partido borgonhês e qualquer possível detalhe quanto ritual de entrada resumia-se a falar da festa dos cidadãos para este ano de 1412. O dissabor quanto ao acordo do rei e dos borgonheses com a facção armanhaque é evidente, da mesma forma a preocupação em lançar a suspeição sobre a possibilidade de paz. Levando-se em conta que a narrativa do burguês era seguramente até 1419 lida em público, podemos então perceber que o esforço mais significativo da elaboração da obra é moldar a memória e a sua própria experiência como membro do copo da cidade na arena da leitura pública do texto, elaborada em vernáculo justamente com esta proposição.

O que importa para o burguês e, provavelmente para tantos outros habitantes da cidade são os afrontamentos no palco urbano. Esta economia quanto à descrição de entradas reais (formais ou informais) não foi comum em todas as passagens. Mas podemos afirmar com certa margem de segurança que a ênfase na descrição de procissões, execuções, dos dissabores do clima foram preponderantes em comparação com os rituais ligados a realeza. Tomaremos como exemplo a narrativa sobre um procissão ocorrida em maio de 1412, antes do acordo de Auxerre já mencionado, cujo cariz político também era importante pois tinha como motivo expresso clamar aos céus pelo rei supostamente ameaçado pela “dito bando” dos armanhaques. É narrado que:

Logo que em Paris se soube que o rei estava em terra dos inimigos por comum conselho eles ordenaram a mais piedosa procissão que jamais foi vista na idade de um homem: a saber, no penúltimo dia de maio do dito ano, numa segunda-feira, fizeram procissão de pés descalços os do palácio de Paris, as ordens mendicantes e outras carregavam numerosos santuários [relicários] muito dignos; os do parlamento carregavam a santa e verdadeira cruz do Palácio, aquela, e cerca de 30 000 pessoas viam após eles todas de pés descalços (...) Na terça-feira, último dia de maio as paróquias de Paris fizeram procissão com seus paroquianos em torno de seus párocos: todos os padres vestidos com capa de sobrepeliz, cada um carregando um círio na mão e relíquias, todos de pés nus, os relicários de São Blanchart e de São Magloire, com cerca de 200 crianças a frente, todos de pés nus, cada uma com um círio

*ou uma lâmpada na mão; e todos paroquianos que podiam, carregavam uma tocha na mão, todos de pés nus, mulheres e homens(...)*¹⁵.

Aqui a teatralização por meio da escrita é a da comunidade urbana, supostamente unida em torno dos seus curas rezando pela vitória contra os armanhaques. A narrativa sobre este espetáculo é bem detalhada e todos os dias desta semana e da seguinte são contemplados com uma descrição mais ou menos detalhada das procissões propiciatórias que apresentamos aqui de forma sumariamente resumida (itens 29 a 51)¹⁶. Em um espetáculo algo “nurembergiano” busca-se construir uma memória específica que é bastante excludente. O bom povo de Paris eram os partidários assumidos do duque de Borgonha, para a “falsa banda podre” dos armanhaques, expressão recorrente no texto, só existia um caminho possível, a derrota total e, ou preferencialmente a eliminação.

A atenção as ações violentas e a ritualização das execuções é bastante valorizada no conjunto narrativo e isto refletia uma situação concreta realmente muito tensa que se agrava sobretudo a partir de 1413. Neste ano ao serem convocados os estados gerais da língua do oil em nome da preparação do reino para possível ofensiva inglesa chega-se a uma situação de impasse no interior da cidade. A reunião é organizada por províncias como forma de tentar evitar qualquer ação conjunta contra o governo borgonhês vigente. Na prática o fluxo de representantes da província é muito pequeno e os estados gerais contam com uma imensa maioria de parisienses que se encarregam de preparar as requisições ao poder real¹⁷.

Os burgueses e universitários passam a conduzir a assembléia à sua maneira e a palavra mágica reforma se torna a tônica dominante dos debates. A via reformista moderada parece triunfar. Mas diante do temor de uma reação armanhaque com apoio do poder real, parte da população se subleva e busca vingança contra males reais ou imaginários. Em 28 de abril de 1413 a multidão invade a bastilha de Saint-Antoine e exige a entrega de 50 pessoas da *entourage* do delfim. O próprio duque de Borgonha torna-se incapaz de se impor na negociação. Da mesma forma que o duque se utilizou

¹⁵ Idem, P. 46.

¹⁶ Idem, pp. 44-55.

¹⁷ Favier, Jean. Op.cit., p.153.

das aspirações parisienses para aceder ao controle momentâneo do poder político, também foi “usado” por setores parisienses para ascenderem ao controle da cidade. A frustração relativa das poderosas famílias de açougueiros, que conquistaram algumas honrarias, mas provavelmente não tanto quanto desejavam, pesou bastante nesta sublevação.

Os notáveis tentam levar sua reforma a diante e enviam cartas para outras cidades da língua do oil protestando ligação com o rei e denunciando aqueles que serviam mal a ele. Em paralelo o duque multiplicou os presentes enviados aos notáveis. As famílias de açougueiros reagem, ameaçam invadir o palácio real. Inicia-se o chamado terror cabochiano no qual estes chegam inclusive a cobrar impostos específicos. O monopólio senhorial, estatal e municipal partilhado de cobrança de impostos é então quebrado.

A forma como descreve os eventos de 1413 é uma peça parcialmente justificadora das ações violentas por meio do argumento de que assim agindo os parisienses estariam de fato debelando uma ameaça potencial. Raciocínio análogo ao utilizado na justificação do assassinato do duque de orleans em 1407 por Jean Petit na década anterior. Diz implicitamente sobre armanhaques que:

Foram feitas tantas coisas por sua malícia, para que o melhor adviesse a sua má intenção, que os muitos que de forma bondosa amavam ao rei e o proveito comum, foram contra toda má e falsa intenção, foram contra em particular o irmão da rainha de França [Luís da Baviera], Pierre des Essarts preboste de Paris e muitos outros (...) e todavia a universidade que muito amava o rei e o comum fez por escrito devido a grande diligência e grande senso que eles tinham sobre tudo uma lista de toda maldita e falsa traição e a maior parte de todos os grandes estava nela, tanto dos gentis como dos vilãos¹⁸.

O clima de conspiracionismo, de denúncia e de perseguição em nome da ameaça ao bem do comum abre a “caixa de pandora” do ajuste de contas que culmina na chamada revolta cabochiana. Podemos resumidamente apresentar uma quadro desta revolta tomando com ponto de partida as contradições do próprio duque de Borgonha. João sem medo se apoiava principalmente em três grupos: os seus fiéis, os membros de seu hotel; o “comum”; aos açougueiros; os reformadores que eram numerosos no seio

¹⁸ **Journal d'un Bourgeois de Paris.** Paris, Libraires Générale Française, 1990, p.60.

da universidade. O duque de Borgonha joga com a ambiguidade, coloca-se enquanto moderado e pacificador e de forma velada apóia os grupos pró-borgonheses mais radicais. Em fevereiro de 1413 protestos e tumultos se sucedem de forma cada vez mais violenta, os oficiais reais são presos, o delfim é “aprisionado” em 28 de abril. Durante um *lit de justice* do parlamento entre 26 de abril e 2 de maio é lida uma ordenança reformista, dita cabochiana, composta de mais de 258 artigos, articulados de forma inédita¹⁹.

À revolta dita cabochiana opõe-se partido da ordem. Analogamente à conjuntura de 1382-83 os príncipes momentaneamente se reúnem em torno da bandeira da manutenção da estabilidade do reino. O novo governo dos príncipes decreta o banimento dos fugitivos, confisca os seus bens revoga os oficiais anteriormente nomeados. E lentamente o governo moderado resvala para uma nova hegemonia armanhaque, na qual as perseguições, o medo de conspirações e questões análogas ao período borgonhês ocupam a atenção do narrador e provavelmente da maioria dos habitantes da cidade.

Conclusão parcial:

A dificuldade do poder real em assegurar para si o monopólio das instituições militares, judiciais e de coerção física são notáveis. É sobretudo no campo da violência simbólica, na afirmação do que merecia ou não a ser alvo de discussão que o poder monárquico foi melhor sucedido. Mas isto não se processou sem contratemplos. As fraturas, as indefinições ideológicas, os conflitos de concepção que atravessaram as cidades em finais do século XIV e início do século XV não devem apenas ser apenas compreendidos como uma mera reação a afirmação do Estado (e implicitamente da identidade francesa). Existiam outros pequenos projetos que não se coadunavam estritamente na ideologia monárquica que se consolida na segunda metade do século XV. Mais do que os valores negativos, nos preocupamos com os valores afirmativos de identidades das elites, que paulatinamente ao longo do século XV desenvolvem inúmeras relações de convergência ideológica com o poder real através da noção

¹⁹ AUTRAND, François. Op.cit., PP. 451-500.

polissêmica de boas cidades. Mas não podemos resumir as identidades urbanas a da suas elites. Da mesma forma não podemos resumir as relações com o poder real apenas aos suntuosos ritos que se desenvolvem neste mesmo período.

A lógica cultural que orientava as ações políticas deve ser buscada na análise do contexto específico onde se executavam estas mesmas ações, logo, apesar da releitura retrospectiva do processo de construção do “Estado” ser importante, esta deve funcionar como um dos pontos de apoio para a análise de situações concretas, que muitas vezes são rebeldes aos modelos teóricos propostos pelos historiadores. O conflito sumariamente apresentado neste texto não era o da simples expectativa reformista que se frustra. Mas passa mesmo por um caminho alternativo para a cidade, solapado pela recomposição de forças após o conflito aberto de 1412-1413.

Fontes:

Journal d'un Bourgeois de Paris, 1405-1449 / publié d'après les manuscrits de Rome et de Paris par Alexandre Tuetey. Paris, H. Champion, 1881

Journal d'um Bourgeois de Paris. Paris, Librairie générale française, 1990.

Bibliografia:

ALLMAND, Cristopher (edit.). **New Cambridge Medieval History. Vol. VII. C. 1415- c. 1500.** Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

FRANÇOIS, Autrand. **Charles VI.** Paris, Fayard, 1986.

BALANDIER, Georges. **Le pouvoir sur scène.** Paris, Éditions Balland, 1992.

BEAUNE, Colette. **The birth of an ideology. Myths and symbols of nation in Late-Medieval France.** Berkeley, University of California Press, 1991.

BOUREAU, Alain. *Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique* **In Annales. Histoire, Sciences Sociales**, Année 1991, Volume 46, Numéro 6. p. 1253 – 1264.

CHEVALIER, Bernard. **Les bonnes villes, l'Etat et la société dans la France de la fin du XV^e siècle.** Orleans, Paradigme, 1995.

FAVIER, Jean. **Nouvelle Histoire de Paris. Paris au XV^e siècle.** Paris, Hachete, 1974.

GUENÉE, Bernard. **Un meurtre, une société. L'assassinat du duc d'orleans, 23 novembre 1407.** Paris, Éditions Gallimard, 1992.

Kipling, G. **Enter the King: Theatre, Liturgy, and ritual in the medieval civic triumph.** Oxford, Claredon Press, 1998.